

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0015199-62.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Crysthiane Ferreira Soares**
 Embargado: **Jose Ivan da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

CRYSTHIANE FERREIRA SOARES ajuizou **EMBARGOS DE TERCEIRO** em face de **JOSÉ IVAN DA SILVA** alegando, em sua inicial (fls. 02/09, que o embargado promove contra **ROGERS RODERLEI SIGOLO – ME** execução de título extrajudicial (processo nº 0006602-80.2008.8.26.0566) que tramita perante esta vara. Que no referido processo de execução foi determinado o arresto, convertido em penhora, sobre os direitos compromissais de compra e venda relativo ao imóvel de matrícula nº 105.695 do CRI local e que requereu que ao menos fosse livrada da constrição a sua meação, já que estava separada do executado desde 31/06/2006, há mais de um ano da emissão dos cheques executados pelo embargado. Requereu liminarmente sem oitiva da parte contrária a expedição de mandado de manutenção em seu favor, a procedência dos embargos para declarar a insubsistência da penhora efetivada sobre os direitos compromissais de compra e venda da sua meação. Juntou documentos.

Indeferido o pedido de assistência judiciária gratuita à fl. 367.

O embargado apresentou contestação (fls. 391/398) alegando que dias após o ajuizamento da execução de título extrajudicial a embargante e seu marido, agindo com unidade de desígnios e visando fraudar a execução, formalizaram rapidamente instrumento de cessão pelo qual o executado cedia e transferia à embargante os direitos e obrigações do bem constrito e posteriormente adjudicado e favor do embargado. Que tal manobra foi considerada fraude à execução. Aduz, ainda, que o vínculo de marido e mulher entre a embargante e o executado, de fato, jamais se dissolveu. No mais, rebate a inicial e requereu a improcedência dos embargos. Juntou documentos.

Réplica às fls. 410/412.

À fl. 413 as partes foram instadas a produção de provas.

O embargado informou que pretendia produzir prova testemunhal e depoimento pessoal da embargante (fls. 420).

A embargante manifestou interesse em produzir prova documental



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(fls. 421/422).

Reposta aos ofícios (fls. 464, 466, 468/474).

Auto de constatação à fl. 484.

Deferido prazo para alegações finais (fl. 500).

Alegações finais da embargante às fls. 503/507 e do embargado às fls. 509/517.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O objetivo dos embargos de terceiro é a proteção da posse ou propriedade daquele que, não tendo sido parte no feito, tem um bem apreendido por ato judicial.

É pressuposto desta ação a ocorrência de uma apreensão judicial e, ainda, deve-se comprovar, de forma inequívoca, que a constrição judicial ultrapassou os limites patrimoniais da responsabilidade pela obrigação ajuizada.

Afirma a embargante que os direitos compromissais do imóvel objeto da constrição judicial (arresto convertido em penhora) foram cedidos pelo executado, até então seu cônjuge, a ela em 13/05/2006 e que, portanto, a constrição deveria ter recaído apenas sobre 50% do imóvel, haja vista sua meação, entretanto o Juízo entendeu se tratar de fraude à execução, pois a cessão se deu após a distribuição da execução.

Não visando discutir a decretação de fraude à execução, alega que quando da emissão dos cheques que embasam a execução de título extrajudicial já estava separada do executado há mais de um ano e, ainda, que a dívida foi contraída pela pessoa jurídica de propriedade única de seu ex-cônjuge e que, portanto, não se beneficiou.

Logo, pleiteia o reconhecimento do seu direito à meação do imóvel penhorado.

Na constância da sociedade conjugal, há presunção de que as dívidas contraídas pelos cônjuges são revertidas em proveito da família. Dessa forma, na defesa da meação, a prova de que a dívida reverteu unicamente em proveito de um dos cônjuges cabe ao terceiro embargante. É inclusive o entendimento do STJ:

“EXECUÇÃO. PENHORA. MEAÇÃO DA MULHER. DÍVIDA CONTRAÍDA PELO MARIDO. BENEFÍCIO DA FAMÍLIA. ÔNUS DA PROVA. - A mulher casada responde com sua meação, pela dívida contraída exclusivamente pelo marido, desde que em benefício da família. - Compete ao cônjuge do executado, para excluir da penhora a meação, provar que a dívida não foi contraída em benefício da família.” (AgRg no AgRg no Ag 594642 / MG, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ocorre que, em contrapartida, conforme pode se constatar na certidão de casamento anexada à fl. 12, a embargante e o executado se separaram de judicialmente em 31/10/2006 e a dívida contraída pelo executado se deu em 10/12/2007 e 12/02/2008 (fl. 33), logo não havia mais a sociedade conjugal.

Diante disso, sendo pessoa separada judicialmente, é óbvio que a dívida não foi contraída em benefício da família. Uma vez separado de fato o casal, não é justo que o bem da embargante responda por problemas a que não deu causa.

Em que pesem as alegações do embargado de que o vínculo entre a embargante e o executado jamais se dissolveu, não conseguiu ele provar que na data que o executado contraiu a dívida eles estavam juntos.

O Sr. Oficial de Justiça constatou, no dia 15/03/2016 (fl. 484), que a embargante e o executado residem no mesmo imóvel, sendo que aquela reside no andar inferior e este no superior, entretanto não é prova suficiente para afirmar que na época em que a dívida foi contraída pelo executado ele e embargante estavam juntos de fato.

Do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado nos presentes embargos, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, para determinar o afastamento da adjudicação do imóvel descrito na inicial, referente à parcela de 50% correspondente à meação da embargante. Sucumbente, arcará o embargado com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do NCPC, ressalvadas as benesses da assistência judiciária gratuita.

P.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**